

política

Leite decide revogar aumento da cesta básica

Com a medida, os incentivos para o setor voltam a valer, o que reduz o preço final dos alimentos à população gaúcha

/CLIMA

Bárbara Lima

barbaral@jcrs.com.br

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), anunciou, na manhã de ontem, que vai revogar os decretos que retiravam benefícios fiscais de itens da cesta básica no Estado. Com isso, os incentivos para o setor voltam a valer, o que reduz o preço final dos alimentos como leite, açúcar, carnes, feijão, pão, farinha e massa. O anúncio foi feito em reunião com os deputados estaduais, mas a revogação

ainda não foi publicada.

Os decretos estavam valendo desde 1º de maio e serviam como uma 'alternativa' do governo estadual para aumentar a arrecadação, após o Piratini desistir do projeto que aumentava o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) para 19%.

Em dezembro do ano passado, os decretos que reduziam os benefícios fiscais no Estado afetavam cerca de 64 setores da economia. À época, a expectativa do Executivo era que as medidas gerassem um incremento de receitas que poderia variar entre

R\$ 2,1 bilhões e R\$ 3,6 bilhões. Segundo a assessoria da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul (Sefaz), somente os alimentos da cesta básica terão a volta dos incentivos fiscais, os demais setores seguem com os cortes dos benefícios.

A decisão de revogar os decretos que influenciam no preço da cesta básica foi tomada em meio a crise climática e humanitária que vive o Estado depois das enchentes que deixaram mortos e milhares de desalojados.

“Desde o início do anúncio dessas medidas, temos lutado para impedir as altas de impos-

tos e os consequentes aumentos de preços em itens que são essenciais a todos. Com o início da crise gerada pelas cheias, essa demanda tornou-se ainda mais sensível. Esta situação extrema que presenciamos em diversos municípios gaúchos impacta diretamente no funcionamento da economia local e na produção de alimentos e, consequentemente, no abastecimento, na geração de renda e nas receitas das empresas”, avaliou o presidente da Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio-RS), Luiz Carlos Bohn, em nota.

O apelo da entidade é para que a vigência dos decretos se mantenha adiada, ao menos, até o final de 2024.

O vice-presidente da Federasul, Lindonor Peruzzo Junior, disse que a expectativa para a revogação dos decretos é alta. “Os decretos impactavam diretamente no consumidor final, tornavam o produto mais oneroso, porque a empresa precisa do seu lucro para continuar trabalhando e acaba repassando o custo à população. Estamos na expectativa, principalmente nesse momento difícil que nosso Estado passa”, considerou.

Governador sobrevoa áreas críticas de Caxias do Sul

Roberto Hunoff, de Caxias do Sul
economia@jornaldocomercio.com.br

O governador Eduardo Leite esteve, na tarde de ontem, em Caxias do Sul, para sobrevoar pontos críticos na infraestrutura em razão das fortes chuvas das duas últimas semanas. O sobrevoou foi feito a bordo de uma aeronave do Exército e acompanhado pelo prefeito Adiló Didomenico. Na sequência, o governador visitou o ponto de coletas de donativos, na sede da

Faculdade Anhanguera, e rumou em direção a Lajeado.

De acordo com o prefeito Adiló Didomenico foi possível mostrar ao governador os grandes danos causados às estradas do interior, como em Galópolis, Vila Cristina e Santa Lúcia do Piaí, além do que sobrou do complexo de britagem e da usina de asfalto, destruído por deslizamento de terra no domingo. O prefeito entende que a recuperação das estradas é fundamental para auxiliar os agricultores na

retomada das atividades.

O chefe do Executivo de Caxias frisou que o governador sinalizou com a liberação de recursos na forma de cedência de máquinas e equipamentos para os trabalhos na infraestrutura, bem como para a contratação de empresas e compra de insumos necessários à recuperação das estradas. “Caxias do Sul precisará de uma soma abismal de valores para a recuperação dos danos causados pelas chuvas”, reforçou.



Prefeito da cidade, Adiló Didomenico acompanhou Eduardo Leite

Criação de fundo de reconstrução do RS deve ser votada na próxima semana

Bárbara Lima

barbaral@jcrs.com.br

O líder do governo na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, o deputado Frederico Antunes (PP), afirmou que enviará ao Parlamento gaúcho um texto para aprovar a criação de um fundo único de reconstrução do Estado. A ideia

é terminar de redigir a matéria e protocolar o projeto até amanhã.

“Estamos montando um projeto de criação de fundo de reconstrução do Rio Grande do Sul. A ideia é votar no início da semana que vem”, disse o deputado. A matéria está sendo criada com base em uma sugestão da bancada do Partido dos Trabalhadores (PT). O tex-

to do governo com mais detalhes deve ser divulgado nesta quarta-feira.

O economista Jorge Ussan, assessor da bancada do PT, explicou que a proposta busca reunir e centralizar todos os recursos que chegam para o estado em um único fundo. O ‘fundão’, segundo Ussan, traz mais organização e transparência. “O

fundo reúne todos os recursos espalhados, desde recursos do governo até doações das entidades privadas e mesmo doações estrangeiras. É transparência tanto para os órgãos de controle quanto para a população”, explicou.

Na prática, o fundo deve reunir desde os recursos que entram no PIX do governo até o dinheiro

que o Estado irá deixar de enviar à União, cerca de R\$ 11 bilhões, com a suspensão da dívida por 36 meses. Uma das exigências do governo para a medida é que o recurso seja utilizado para a reconstrução do Estado.

Nesta terça-feira, a Assembleia Legislativa aprovou estado de calamidade no Rio Grande do Sul.

Deputados gaúchos apresentam projetos para recuperação de regiões afetadas no Estado

A bancada de deputados federais do Rio Grande do Sul realizou, ontem, reunião para definir os projetos prioritários do grupo voltados para a recuperação dos estados, devastado por enchentes nas últimas semanas.

O acordo é que a comissão externa sobre os danos causados pelas enchentes reúna as principais iniciativas e as encaminhe na reunião de líderes da Câmara dos Deputados.

As iniciativas poderão ser votadas prioritariamente devido à situação de urgência.

Até o momento, os deputados apresentaram 117 projetos, que deverão passar por uma triagem. Entre as medidas estão a criação de auxílio emergencial para a população afetada, linha de crédito para a compra de móveis da chamada linha branca, auxílio para empresários do transporte público

e a discussão sobre um posicionamento da bancada a respeito da suspensão da dívida do Rio Grande do Sul com a União por 36 meses, com perdão dos juros por igual período, anunciada pelo governo federal.

A previsão é que o projeto de lei complementar (PLP), encaminhado pelo governo, seja votado ainda nesta semana, informou o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). A previsão

é que o estado deixe de pagar nesse período cerca de R\$ 11 bilhões em parcelas da dívida e R\$ 12 bilhões em juros. Os valores devem ser usados em ações de reconstrução do estado.

“São R\$ 23 bilhões, dos quais R\$ 11 bilhões seriam usados diretamente para a reconstrução do estado. Isso é muito importante para, de fato, ter um plano de reconstrução do estado”, disse o deputado fede-

ral gaúcho Elvino Bohn Gass (PT), que emendou uma série de ações promovidas pelo governo, voltados para as famílias, transporte e habitação. Atualmente, a dívida total do estado passa de R\$ 90 bilhões.

Alguns deputados defenderam não apenas a suspensão, mas também o aporte de recursos novos que não venham da suspensão no pagamento de parcelas das dívidas.